

O Legado de Charles Finney

Por Michael Horton



O Legado de Charles Finney

Michael Horton

© 2011, Editora os Puritanos

Edição em Português para o Blog ospuritanos.org – 2011

É proibida a reprodução total ou parcial desta publicação, sem autorização por escrito dos editores, exceto citações em resenhas

EDITOR Manoel Canuto

EDITORAÇÃO, PAGINAÇÃO E CAPA Heraldo F. de Almeida

Quando não especificadas todas as citações são da Teologia Sistemática de Finney (Finney's Systematic Theology — Charles G. Finney — Betany, 1976).

Michael Scott Horton (b. 1964) é Professor de Teologia e Apologética no Westminster Seminary California, editor-chefe da Revista Modern Reformation. Foi presidente da Christians United for Reformation (CURE), que mais tarde formou a ACE – Aliança de Evangélicos Confessionais, mas hoje já não é mais afiliado.

Horton recebeu seu M.A. pelo Westminster Seminary California, e o Ph.D. pelo Wycliffe Hall, Oxford e pelo Coventry University; pós graduado pela Yale Divinity School. Atualmente é ministro na United Reformed Churches in North America, onde pastoreou duas Igrejas no Sul da Califórnia. Autor de mais de 15 livros, traduzidos para vários idiomas.

Foi conferencista no 5º Simpósio Os Puritanos/1996 em Recife e Águas de Lindóia (São Paulo)

O Legado de Charles Finney

Por Michael Horton

Jerry Falwell denomina-o de “um dos meus heróis e um herói para muitos evangélicos, inclusive Billy Graham”. Lembro-me, passeando pelo Billy Graham Center, alguns anos atrás, de ter observado o lugar de honra dado a Finney na tradição evangélica, reforçado pela primeira aula de teologia que tive numa faculdade evangélica, onde se exigia a leitura da obra de Finney. O reavivalista nova-iorquino era o celebrado e sempre citado campeão do cantor evangélico e líder da JOCUM (Jovens Com Uma Missão), Keith Green. Finney é especialmente estimado tanto pela Direita como pela Esquerda evangélica, tanto por Jerry Falwell quanto por Jim Wallis (revista *Sojourner's*). As suas marcas podem ser vistas em movimentos aparentemente opostos, mas que, na verdade, são herdeiros do seu legado, desde os movimentos da Videira (Vineyard) e Crescimento de Igrejas até às cruzadas sociais e políticas, tele-evangelismo, e Guardadores da Promessa. Como aclamava entusiasticamente um ex-presidente do Wheaton College: “Finney continua vivo!”.

Isto deve-se ao impulso moralista de Finney que visionava uma igreja que era, em grande parte, uma agência da reforma social e pessoal em vez de uma instituição na qual os meios de graça, Palavra e Sacramentos, são colocados à disposição dos crentes que então levam o evangelho ao mundo. No século dezenove, o movimento evangélico tornou-se crescentemente identificado com causas políticas — da abolição da escla-

vatura e leis sobre o trabalho infantil, os direitos da mulher e proibição de bebidas alcoólicas. Na virada do século, com uma afluência de imigrantes católicos, que já deixava pouco à vontade os evangélicos americanos, o secularismo começou a arrancar das mãos dos protestantes as instituições (faculdades, hospitais, instituições de caridade) que estes haviam criado e mantido. Num esforço desesperado para recuperar este poder institucional e a glória da “América Evangélica” (uma visão que sempre é poderosa na imaginação, mas é ilusória após a desintegração da Nova Inglaterra puritana) o establishment protestante da virada do século lançou campanhas morais para “americanizar” os imigrantes, reforçar a instrução moral e a “educação do caráter”. Os evangelistas conduziam seu evangelho americano nos termos da sua utilidade prática para o indivíduo e para a nação.

É por isso que Finney é tão popular. Ele é o ponto mais alto na mudança da ortodoxia reformada, evidente no Grande Despertamento (sob Edwards e Whitefield), para o evangelismo Arminiano (na verdade pelagiano), evidente no Segundo Grande Despertamento até aos dias presentes. Para demonstrar o débito do evangelicalismo moderno a Finney, temos que observar primeiro seus princípios teológicos. Por causa deles Finney tornou-se o pai dos pressupostos de alguns dos maiores desafios no meio das igrejas evangélicas, nominalmente: o movimento de Crescimento de Igrejas, o Pentecostalismo e o reavivamento político.

Quem é Finney?

Numa reação contra o penetrante calvinismo do Grande Despertamento, os sucessores daquele grande movimento do Espírito de Deus volveram-se de Deus para os homens; volveram da pregação de conteúdo objetivo (i.e. Cristo e Ele crucificado) para a ênfase em levar uma pessoa a “fazer uma decisão”.

Charles Finney (1792-1875) ministrou no início do “Segundo Despertamento”, como fora chamado. Finney, um advogado presbiteriano, um dia experimentou “um poderoso batismo do “Espírito Santo” que “como uma corrente elétrica traspassando-me repetidamente... parecia vir em ondas de amor líquido”. Na manhã seguinte ele informou ao primeiro cliente do dia: “recebi um adiantamento do Senhor Jesus Cristo para advogar a Sua causa, e não posso aceitar a sua”. Recusando-se freqüentar o Seminário de Princeton (ou qualquer outro), Finney começou a promover avivamentos no interior do estado de Nova York. Um de seus sermões mais populares foi “Pecadores Compelidos a Mudarem Seus Próprios Corações”.

A pergunta de Finney para qualquer ensinamento era: “é útil para converter pecadores?”. Um dos resultados do reavivalismo de Finney foi a divisão dos presbiterianos da Filadélfia e Nova York nas facções Arminiana e Calvinista. Sua “Novas Medidas” incluíam o “banco do aflito” (precursor da Chamada do Altar, de hoje), táticas emocionais que levavam ao desmaio e ao choro, e outros “estímulos” como os chamava Finney e seus seguidores. Finney tornou-se paulatinamente hostil ao presbiterianismo, referindo-se, na introdução de sua Teologia Sistemática, muito criticamente à Confissão de Westminster e aos seus elaboradores, como se eles tivessem criado um “papa de papel”, e tivessem “elevado a Confissão de Fé e o Catecismo deles ao trono papal no lugar do Espírito Santo”. Finney demonstra, notavelmente, quão perto o reavivalismo Arminiano, em seus sentimentos naturalistas, tende para um liberalismo teológico menos refinado, pois ambos escondem-se no Iluminismo e em sua veneração pela razão humana e pela moralidade:

“Que o instrumento elaborado por aquela assembléia no século dezenove deveria ser reconhecido como padrão da igreja, ou de uma ala de sua inteligência, não é apenas surpreendente, mas devo di-

zer que é altamente ridículo. É tão absurdo em Teologia quanto seria em qualquer outro ramo da ciência. É melhor ter um Papa vivo que um morto”.

O que há de tão errado com a Teologia de Finney?

Primeiro, não é necessário ir além do índice de sua Teologia Sistemática para entender que toda a teologia de Finney girava em torno da moralidade humana. Os capítulos de um a cinco são sobre governo moral, obrigação e unidade da ação moral; capítulos seis e sete são “Obediência Total”; os capítulos de oito a quatorze discutem os atributos do amor, egoísmo, e virtudes e vício em geral. Não é senão no capítulo vinte e um que se lê algo de interesse especialmente evangélico: expiação. A isto segue-se uma discussão sobre regeneração, arrependimento e fé. Há um capítulo sobre justificação, seguido de seis sobre santificação. Noutras palavras: Finney na verdade não escreveu uma Teologia Sistemática, mas uma coletânea de ensaios sobre ética.

Mas isso não significa que a Teologia Sistemática de Finney não possua declarações teologicamente significativas.

Primeiro, em resposta à pergunta: “Um crente deixa de ser crente, sempre que cometer um pecado?”, Finney responde:

“Sempre que pecar ele deixa, por enquanto, de ser santo. Isto é evidente. Sempre que pecar, ele tem que ser condenado; tem que incorrer na penalidade da Lei de Deus... Se se diz que o preceito ainda prevalece sobre ele, mas que, quanto ao cristianismo, a penalidade é posta de lado para sempre, ou ab-rogada, replico pois que ab-rogar a penalidade é rejeitar o preceito, porque um preceito sem penalidade não é lei, é conselho ou advertência. Portanto o crente não é mais justificado pelo que obedece, e deve ser condenado quando desobedece; ou o Atinominianismo é verdade...”

Neste aspecto, então, o crente pecador e o pecador não convertido estão precisamente no mesmo terreno. (pag.46)

Finney acreditava que Deus exigia perfeição absoluta, mas em vez disso levá-lo à sua perfeita justificação em Cristo, ele concluiu que

“...obediência total é uma condição de justificação. Mas novamente, quanto à questão, o homem pode ser justificado enquanto nele permanece o pecado? Certamente que não, nem pelos princípios legais nem pelo evangelho, a menos que a lei seja rejeitada... Mas ele pode ser perdoado e aceito, e justificado, no sentido do evangelho, enquanto o pecado, qualquer grau de pecado, permanece nele? Certamente que não”. (pág.57)

Tendo em vista a Confissão de Westminster, Finney declara, quanto à fórmula da Reforma “simultaneamente justificado e pecador”: “Temo que este erro tenha morto mais almas do que todo o universalismo que já amaldiçoou o mundo”. Pois, “sempre que um crente peca ele está sob condenação, e tem que arrepender-se e fazer suas primeiras obras, ou estará perdido”. (pág.60).

Retornaremos à doutrina da justificação de Finney, mas deve-se notar que ela repousa sobre a negação da doutrina do pecado original. Este ensinamento bíblico, sustentado tanto pelos católicos romanos quanto pelos protestantes, assevera que todos nascemos neste mundo herdeiros da culpa e corrupção de Adão. Estamos, portanto, presos à uma natureza pecaminosa. Como disse alguém: “Pecamos porque somos pecadores”; a condição do pecado determina os atos do pecado, e não ao contrário. Mas Finney seguia Pelágio, herege do quinto século, que foi condenado por mais concílios da igreja do que qualquer outro na história, por negar esta doutrina.

Em vez disso, Finney cria que os seres humanos eram capazes de escolher se seriam ou não de natureza corrompida ou redimidos, referindo-se ao pecado original como um “dogma anti-bíblico e sem sentido” (pág.179). Finney negava, claramente, a noção de que os seres humanos possuíam uma natureza pecadora (ibid.). Portanto se Adão nos introduz no pecado, não por herdarmos sua culpa e corrupção, mas por seguirmos seu mau exemplo, isto leva logicamente à visão de Cristo, o segundo Adão, salvando pelo exemplo. É precisamente daí que Finney tira sua explicação sobre a expiação.

A primeira coisa que devemos notar sobre a expiação, diz Finney, é que Cristo não podia ter morrido pelos pecados de ninguém senão pelos seus próprios. Sua obediência à Lei e sua perfeita retidão eram suficientes para salvá-Lo, mas não poderiam ser legalmente aceitas em benefício de outros. Vê-se ver neste ponto que toda a teologia de Finney era levada por uma paixão pelo aperfeiçoamento moral: “Se Ele [Cristo] tivesse obedecido à Lei como nosso substituto, por que deveria nossa própria obediência pessoal ser uma condição sine qua non para nossa salvação?” (pág.206). Em outras palavras, por que Deus insistiria que nos salvamos por nossa obediência se a obra de Cristo foi suficiente? O leitor deve lembrar-se das palavras de São Paulo quanto a isso: “Não anulo a graça de Deus; pois, se a justiça é mediante a lei, segue-se que Cristo morreu em vão” (Gal.2:21). Pareceria que a réplica de Finney é de concordância. A diferença é que ele não tinha dificuldade em crer nestas duas premissas.

Isto não é totalmente razoável, é claro, porque Finney cria que Cristo morreu por algo — não por alguém, mas por alguma coisa. Noutras palavras: Ele morreu por um propósito, mas não por pessoas. O propósito daquela morte era restabelecer o governo moral de Deus e conduzir-nos à vida eterna pelo exemplo, assim como o exemplo de Adão nos motivou a pecar. Por que Cristo

morreu? Deus sabia que “A expiação apresentaria às criaturas os maiores motivos possíveis para a virtude. O exemplo é a maior influência moral que pode ser exercida... Se a benevolência manifestada na expiação não subjugar o egoísmo dos pecadores, o caso deles é desesperado” (pág.209). Não somos, portanto, pecadores que precisam ser redimidos, mas pecadores caprichosos que necessitam de uma demonstração de abnegação tão comovedora que nos motive a abandonar o egoísmo. Finney não somente acreditava que a teoria da “influência moral” da expiação era o meio principal para compreendermos a cruz, mas negava explicitamente a expiação substitutiva que “...assume a expiação como um pagamento literal de um débito que não é consistente com a natureza da expiação... É verdade que a expiação, nela mesma, não assegura a salvação de ninguém” (pág.217).

Há, então, o tema relativo à redenção. Jogando fora a ortodoxia calvinista dos antigos Presbiterianos e Congregacionais, Finney contendia energicamente contra a crença de que o novo nascimento é uma dádiva divina, afirmando que “a regeneração consiste em o pecador mudar sua escolha suprema, intenção, preferência; ou em mudar do egoísmo para a bondade”, levado pela influência moral do exemplo comovedor de Cristo (pág.224). “Regeneração física, pecaminosidade original ou constitucional, e todos os dogmas resultantes e similares, são igualmente subversões do evangelho, e repulsivos à inteligência humana”(pág.236).

Nada tendo a fazer com o pecado original, a expiação substitutiva, e o caráter sobrenatural do novo nascimento, Finney continua atacando “o artigo pelo qual a igreja fica de pé ou cai” — justificação só pela graça e através da fé somente.

Os reformadores protestantes insistiam, com base em textos bíblicos claros, que justificação (na língua grega “declarar justo”, e não, “tornar justo”) era um veredicto forense (i.e. “legal”). Nou-

tras palavras, enquanto os católicos romanos mantinham que a justificação era o processo de melhorar uma pessoa má, os Reformadores argumentavam que era uma declaração ou sentença que tinha a justiça de outro (i.e., a de Cristo) como sua base. Era, portanto, um veredicto, perfeito e definitivo, de justificação no começo da vida cristã, não no meio ou no fim dela.

As palavras chave da doutrina evangélica são “forense” (significando “legal”) e “imputação” (debitar na conta de alguém, em oposição à idéia da “infusão” de uma justiça dentro da alma de uma pessoa). Conhecendo tudo isto, Finney declara:

“Mas pronunciar pecadores como judicialmente justos, é impossível e absurdo... Como veremos, há muitas condições, mas apenas um fundamento, para justificação de pecadores... Como já foi dito, não pode haver justificação no sentido legal ou jurídico, exceto no âmbito da universal, perfeita e ininterrupta obediência à Lei. Isto, é claro, é negado por aqueles que sustentam que a justificação do evangelho, ou a justificação do pecador penitente, é da natureza de uma justificação judicial ou forense. Firmam-se na máxima legal de que aquilo que um homem faz por outro ele o faz por si mesmo, e portanto a Lei considera a obediência de Cristo como nossa obediência, pela razão de que Ele obedeceu por nós”.

A isso Finney replica:

“A doutrina de uma justiça imputada, ou de que a obediência de Cristo à Lei foi tida como nossa obediência, está fundamentada numa disparatada e falsa suposição”. Além de que, a justiça de Cristo, “não podia fazer mais do que justificar a Ele mesmo. Jamais ser-nos imputada... era naturalmente impossível, então, que Ele obedecesse em nosso lugar”. Esta “representação da expiação como fundamento para a justificação de pecadores tem sido a triste causa do tropeço de muitos” (pág.320-322).

Finney afirma que a visão de que a fé é a única condição para a justificação é a “visão antinominiana”. “Temos que ver que a perseverança na obediência até o fim da vida é também uma condição de justificação”. Além de que “a presente santificação, no sentido da presente consagração total a Deus, é um outra condição... de justificação. Alguns teólogos fizeram da justificação uma condição de santificação, em vez de fazerem da santificação uma condição de justificação. Mas veremos que esta é uma visão errada sobre este assunto” (pag.326-327). Cada ato de pecado requer “uma nova justificação” (pág.331). Referindo-se aos “elaboradores da Confissão de Fé de Westminster”, e à posição deles quanto a uma justiça imputada, Finney admira-se, “Se isto não for antinominianismo, eu não sei o que é” (pág.332). Este negócio legal não é razoável para Finney e portanto ele conclui: “considero estes dogmas tão fantasiosos que mais se adequam a um romance que a um sistema teológico” (pág. 333). Assim conclui nesta seção contra a Assembléia de Westminster:

“São obvias as relações entre a justificação e a depravação, dos pontos de vista da velha escola. Eles sustentam, como vimos, que toda parte e faculdade da constituição humana é pecaminosa. Claro, um retorno a uma santidade pessoal presente, no sentido de total conformidade com a lei, não pode ser, juntamente com isso, uma condição de justificação. Eles precisam ter uma justificação mesmo estando ainda em algum nível de pecado. Isto só pode ser produzido pela justiça imputada. O intelecto revolta-se ante uma justificação em pecado. Portanto é inventado um plano para tirar os olhos da Lei, e daquele que dá a Lei, de sobre o pecador para o seu substituto, que obedeceu perfeitamente à Lei”. (pág.339)

Ele chama isso de “outro evangelho”. Insistindo que o relato realista de Paulo sobre a vida cristã em Romanos 7 referia-se, na verdade, à vida do apóstolo antes de experimentar a “inteira santificação”. Finney supera Wesley quando teima na possibili-

dade de um crente alcançar santificação nesta vida. John Wesley sustentava que era possível ao crente alcançar completa santificação, mas quando reconhecia que o mais santo dos crentes peca, ele acomodou sua teologia a este fato empírico singelo. Fez isso ao dizer que a experiência da “santificação cristã” é um assunto do coração, não de ações. Em outras palavras: um crente pode ser aperfeiçoado em amor, de modo que o amor seja agora a única motivação de suas atitudes, embora cometa erros ocasionalmente. Finney rejeita esta posição e insiste que a justificação é condicionada à completa e total perfeição, isto é: “conformidade com toda a Lei de Deus”, e o crente não é capaz apenas disso; quando ele ou ela transgredir em qualquer ponto requer-se uma nova justificação.

Como assinalou tão eloqüentemente o teólogo B. B. Warfield, de Princeton: ao longo de toda a história existem apenas duas religiões: o paganismo — do qual o pelagianismo é uma expressão religiosa — e a redenção sobrenatural. Juntamente com Warfield, e com aqueles que com tanta seriedade advertem seus irmãos e irmãs destes erros de Finney e de seus sucessores, nós também precisamos reconhecer e saber lidar com a feroz pressão heterodoxa do protestantismo americano. Com raízes no reavivalismo de Finney, talvez o liberalismo evangélico e protestante não sejam tão distantes apesar de tudo. As “Novas Medidas” de Finney, assim como o movimento de Crescimento de Igrejas dos dias presentes, fizeram das emoções e da escolha humana o centro do ministério da igreja, ridicularizaram a teologia, e substituíram a pregação de Cristo pela pregação da conversão.

É sobre o moralismo naturalista de Finney que as cruzadas políticas e sociais cristãs edificam sua fé na humanidade e nos seus recursos da auto-salvação. Sem parecer nem um pouquinho deísta Finney declarou: “Na religião não há nada além dos pode-

res ordinários da natureza. Ela consiste inteiramente no correto exercício dos poderes da natureza. É apenas isto e nada mais. Quando os homens tornam-se verdadeiramente religiosos, eles não são habilitados a exercitarem aquilo que não eram capazes antes. Eles apenas exercem faculdades que possuíam anteriormente, de uma forma diferente, e as usam para a glória de Deus”.

Portanto, assim como o novo nascimento é um fenômeno natural, o reavivamento também o é: “Um reavivamento não é um milagre, nem depende de um milagre, em nenhum sentido. É apenas um resultado puramente filosófico do uso correto dos meios constituídos — tanto quanto qualquer outro efeito produzido pela aplicação de métodos”. É pernicioso crer que novo nascimento e reavivamento dependem necessariamente da ação divina. “Nenhuma doutrina”, diz ele, “é mais perigosa do que esta para o crescimento da igreja, e nada é mais absurdo” (Reavivamentos da Religião (pág.4-5) (Revivals of Religion - Revell,). Quando os líderes do movimento de Crescimento de Igrejas proclamam que a teologia entrava o caminho do crescimento e insistem que não importa o que uma igreja em particular creia: o crescimento é uma questão da aplicação de princípios apropriados, e estão demonstrando seu débito a Finney. Quando os membros do Movimento da Videira louvam este empreendimento sub-cristão e latir, rugir, gritar, gargalhar, e outros fenômenos estranhos com o argumento de que “funciona” e que deve-se julgar sua verdade pelos seus frutos, eles estão seguindo a Finney além do pai do pragmatismo americano, William James, que declarou que a verdade tem de ser julgada na base “de sua contabilidade em termos de experiências”.

Portanto, na teologia de Finney, Deus não é soberano; o homem não é pecador por natureza; a expiação não é o verdadeiro pagamento pelo pecado; justificação imputada é um insulto à razão e à moralidade; o novo nascimento é simplesmente o efeito

de técnicas bem sucedidas, e o reavivamento é um resultado natural de campanhas inteligentes. Em sua recente introdução à edição do bicentenário da Teologia Sistemática de Finney, Harry Conn recomenda o pragmatismo de Finney: “Muitos servos de nosso Senhor devem estar procurando diligentemente por um evangelho que “funcione”, e estou feliz em dizer que eles podem achá-lo neste volume”. Como documentou cuidadosamente Whitney R. Cross em *O Distrito de Burned-Over: A História Intelectual e Social da Religião Entusiástica na Nova York Ocidental, 1800-1850* (*The Burned-Over District: The Social and Intellectual History of Enthusiastic Religion in Western New York 1800-1850* — Cornell University Press, 1950), a região na qual os reavivamentos de Finney foram mais constantes foi também o berço dos cultos perfeccionistas que empestaram aquele século. Um evangelho que, por um momento, “funciona” para perfeccionistas zelosos cria meramente os super-santos desgastados e desiludidos de amanhã.

É desnecessário dizer que a mensagem de Finney é radicalmente diferente da fé evangélica, assim como a orientação básica dos movimentos que vemos hoje ao nosso redor que trazem a sua marca: reavivalismo (ou seu rótulo moderno: “movimento de crescimento de igrejas”), emocionalismo e perfeccionismo pentecostal, triunfalismo político baseado no ideal da “América Cristã”, as tendências anti-intelectuais e anti-dotrinárias do evangelicalismo e fundamentalismo americanos. Foi através do “Movimento da Vida Superior” (*Higher Life Movement*) do final do século dezenove e começo do século vinte que o perfeccionismo de Finney veio a dominar o nascente movimento dispensacionalista sob os auspícios de Lewis Sperry Chafer, fundador do Seminário de Dallas e autor de *Aquele Que é Espiritual*. É claro que Finney não é tão-somente responsável, ele é mais causa que causador. Contudo, é penetrante a influência que exerceu e ainda exerce até hoje.

O reavivalista não abandonou apenas o princípio material da Reforma (a justificação), fazendo-se um renegado do cristianismo evangélico; ele repudiou doutrinas, tais como a do pecado original e da expiação vicária, igualmente aceitas por protestantes e católicos romanos. Portanto Finney não é meramente um Arminiano, mas um Pelagiano. Ele não é apenas um inimigo do Protestantismo evangélico, mas do Cristianismo histórico do mais amplo tipo.

Não é com prazer que aponto estas coisas, como para denunciar alegremente os heróis dos evangélicos americanos. Entretanto, é sempre melhor, quando alguém perde algo de valor, voltar pelo caminho para determinar quando e onde pela última vez o teve em sua posse. É este o propósito deste exercício, encarar honestamente o sério distanciamento do cristianismo bíblico que ocorreu através do reavivalismo americano. Se não encarmos esta mudança, perpetuaremos um curso distorcido e perigoso. De uma coisa Finney estava absolutamente certo: o Evangelho sustentado pelos teólogos de Westminster, a quem atacou diretamente, e verdadeiramente mantido por todo os evangélicos, é um “outro evangelho” distinto daquele proclamado por Charles Finney. A pergunta agora é: ficaremos do lado de qual evangelho?

FIM

O Legado de Charles Finney

Por Michael Horton

